REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 13, N. 26, P. 275-290, DEZ. 2006

Pobreza na População Rural Nordestina: Uma Análise de suas Características durante os Anos Noventa*

LUIZ HONORATO DA SILVA JÚNIOR**

RESUMO O presente trabalho tem como objetivo construir um perfil para a pobreza rural na Região Nordeste do Brasil, partindo de sua mensuração e análise durante a década passada, tomando como referência para isso os anos de 1992, 1995 e 1999. Utilizando os microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), objetiva-se verificar a possível existência de alguma alteração significativa no nível e severidade da pobreza e desigualdade de rendimentos rurais nesse período. Utilizando regressões *logit*, faz-se uma análise das características e determinantes da pobreza para os indivíduos residentes nesse espaço nordestino, baseado nas contribuições marginais de tais características em indivíduos típicos da amostra. Educação, idade, cor, gênero, atividade principal de ocupação e unidade federativa em que residem foram as características analisadas. Mostra-se que a educação é a principal variável na determinação da probabilidade de um indivíduo ser pobre. Finalmente, algumas sugestões são feitas para a modelagem de políticas que possibilitem minimizar o quadro de miséria e injustiça social.

ABSTRACT *Evolution of rural poverty and its determinants in the Northeast of Brazil are analyzed, based on data for the years 1992, 1995 and 1999. Micro data collected by PNAD allows an analysis of possible changes in the level and magnitude of rural poverty and inequality. Logit regressions are estimated to analyze characteristics and determinants of poverty at an individual level, based on the marginal contributions of these attributes for the typical individuals in the sample. Education, color, sex, occupation and state of residence are the characteristics analyzed. It is shown that education is the variable most responsible for determining the probability of an individual to be poor. Finally, some suggestions are made in relation to policy actions that make it possible to minimize this picture of misery and social injustice.*

** Este artigo é uma síntese da dissertação de mestrado do autor, defendida na UFPE, orientada pelo professor Yony de Sá Barreto Sampaio, e que obteve o 2º lugar no 28º Prêmio BNDES de Economia.*

*** Mestre e doutorando em Economia pelo PIMES/UFPE, professor do CAA/UFPE; e professor da pós-graduação em Economia PIMES/UFPE.*

1. Introdução

A pobreza e a desigualdade de rendimentos entre indivíduos têm marcado a história econômica brasileira e nordestina. Muitas foram as ações recentes de combate à pobreza no Brasil; contudo, os resultados têm se mostrado pífios em geral.

Observa-se que as políticas anteriores não foram capazes de resolver nem mesmo o problema da fome. Os principais estudiosos do problema da pobreza defendem, em seus estudos, que as políticas sociais em geral não atendem aos mais necessitados e as que atendem não cumprem adequadamente seus objetivos sociais. Quando essas políticas conseguem atender aos mais necessitados, afirmam os estudiosos, não deixam efeitos permanentes sobre o seu estado de pobreza. Ademais, apontam que o problema das políticas sociais no Brasil não é a falta de recursos e, sim, sua má aplicação, seja por causa da corrupção e desvios ou mesmo falta de foco.

Como se sabe, o problema da pobreza nesse país afeta fundamentalmente e de maneira mais severa a área rural da região Nordeste do Brasil. É conhecido o recente crescimento econômico que essa região alcançou nos últimos anos, contudo, não foi o suficiente para livrá-la dos elevados níveis de pobreza, especialmente os relacionados à sua sociedade rural.

O trabalho de Carneiro (2003) revela que há uma forte concentração de pobres no Nordeste e essa concentração é especialmente mais contundente nas suas áreas rurais. No período de 1993 a 1998, a pobreza caiu menos no Nordeste nas áreas rurais e nas áreas urbanas de pequeno e médio porte. Conseqüentemente, a pobreza ficou mais concentrada nessas áreas. Esse perfil representa um contraste radical à percepção comum da pobreza nas favelas das megacidades de São Paulo e Rio de Janeiro, onde a pobreza é mais visível. Na verdade, os pobres das áreas metropolitanas das grandes cidades do Sudeste constituem juntos 3,7% dos pobres no Brasil ou 7% dos pobres urbanos no Brasil. Esta constatação sugere a necessidade de um foco maior das políticas públicas para os pobres rurais e de cidades de pequeno e médio porte. Daí a importância de se conhecer e reconhecer a dimensão e o perfil da pobreza rural nordestina a fim de se estabelecer políticas de combate à pobreza.

A pobreza é inquietante por pelo menos três razões. Primeiro, porque ela causa uma externalidade negativa a toda sociedade, inclusive aos não-pobres ou menos pobres. Traz consigo um problema de consciência coletiva que afeta uma significativa parcela do bem-estar da sociedade como um todo. Segundo, por gerar também um clima de insegurança e incerteza que permeia o inconsciente de toda a sociedade. A percepção empírica de que as desigualdades econômicas estão correlacionadas com a violência tira a tranqüilidade dos cidadãos. Por fim, a pobreza e a miséria aviltam a dignidade dos pobres. Essa desigualdade permite que se acelere o chamado "grande despertar" dos mais pobres, que é o reconhecimento de que esses indivíduos têm direito a reivindicar padrões de rendas mais altas, a atingir níveis mais elevados de bem-estar e a desfrutar maiores igualdades de oportunidades[1]. Contudo, a história mostra que nem sempre esse despertar é feito de maneira pacífica.

Segundo Sampaio e Ferreira (1977), o estudo da pobreza rural justifica-se pela importância do setor agrícola no Nordeste e pela condição de vida precária a que ainda está sujeita boa parte da população rural. Justifica-se ainda pela pouca ênfase dada, nos muitos estudos e pesquisas realizados, aos efeitos do desenvolvimento econômico sobre o emprego e a renda rural. Na verdade, questões de ética do desenvolvimento foram relegadas a segundo plano quando, por miopia, criou-se um falso conflito entre o prático e o utópico: o desenvolvimento de setor rural passou quase a ser fim e não meio para a melhoria das condições de vida das populações.

O presente trabalho tem como objetivo construir um perfil para a pobreza rural na região Nordeste do Brasil, partindo de sua mensuração e análise da evolução durante a década passada, tomando como referência para isso os anos de 1992, 1995 e 1999. A partir dos microdados das PNAD, objetiva-se verificar a possível existência de alguma alteração significativa no nível e severidade da pobreza e desigualdade de rendimentos rurais nesse período.

Com base em regressões *logit*, busca-se também fazer uma análise de suas características para os indivíduos residentes nesse espaço nordestino. Para isso, calculam-se as contribuições marginais de tais características em indivíduos típicos da amostra. As características analisadas são: educação, idade, cor, gênero, atividade principal de ocupação e unidade federativa em que o mesmo reside. Conforme se verá adiante neste trabalho, algumas

1 *Conforme MYRDAL (1960).*

dessas variáveis possuem maior contribuição marginal na probabilidade de pobreza dos indivíduos e a partir desses resultados poder sugerir políticas.

2. O Nordeste Brasileiro

Segundo Andrade (1998), o Nordeste é uma das regiões geográficas mais discutidas e menos conhecidas do país. Tem sido objeto de exíguos estudos e pesquisas. Poucos são os especialistas em ciências naturais e sociais que a tenham realmente perlustrado, procurando analisar e conhecer suas características e seus problemas regionais.

É flagrante o grau de pobreza da região Nordeste em relação ao restante do país. No ano de 2000, os nove estados da região contribuíram com pouco mais de 13% da produção nacional. Nas últimas décadas, as políticas de incentivos fiscais e investimentos diretos de empresas federais contribuíram para atrair indústrias nacionais e multinacionais para a região. Entre 1970 e 1985, segundo o IBGE, a participação do Nordeste no PIB subiu de 7% para 12%, chegando a mais de 13% em 2000. A região destacou-se no período por apresentar as mais elevadas taxas médias de crescimento do PIB no país, não obstante a extrema disparidade regional persistente.

Os indicadores socioeconômicos nordestinos evidenciam a situação de extrema pobreza em relação às demais regiões brasileiras, e quando se trata de pobreza da população rural dessa região, possivelmente, as suas conseqüências são ainda mais perigosas. Há, sem dúvida, uma forte correlação entre a pobreza rural e os conflitos no campo, a migração rural e o *favelamento* das cidades. Não é por acaso que os países mais ricos mantêm políticas de valorização da atividade agrícola, ou de outras atividades rurais, protegendo sua produção da concorrência competitiva de países mais pobres.

3. Metodologia e Base de Dados

Este estudo utilizou os microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), referentes aos anos de 1992, 1995 e 1999. A amostra estabelecida para este trabalho representa um conjunto de informações homogêneas quanto às características do processo de formação de rendimentos do trabalho. A amostra limitou-se aos indivíduos:

a. Pertencentes à PEA – população economicamente ativa, residente nas comunidades rurais nordestinas, ocupada ou não no setor agrícola;
b. Com a idade superior aos nove anos;
c. Com a renda positiva de todos os trabalhos.

Definir pobreza não é uma tarefa trivial: Romão (1993) e Sen (1981) discutem de maneira exaustiva os conceitos de pobreza e suas implicações sobre os estudos ligados a este tema. A dificuldade empírica de traduzir um marco teórico, que permita explicá-la compreensível e satisfatoriamente nas suas múltiplas manifestações, permite que haja uma grande variação nas estimativas de incidência de pobreza, entre diversos estudos relativos a uma mesma área geográfica ou segmento social, dependendo das diferentes percepções e conceituações do fenômeno.

A mensuração de pobreza, neste trabalho, considerou apenas as medidas obtidas a partir da renda das pessoas. Visando simplificar a análise e entendendo que esse critério não inviabiliza a utilização de medidas de pobreza para compará-la em diferentes períodos e diferentes estados nordestinos, são estabelecidas linhas de pobreza correspondentes a um e a meio salário mínimo. Também é estabelecida uma linha de pobreza relativa referente aos 40% mais pobres da população, ao trabalhar com os indivíduos classificados conforme a renda de todos os trabalhos, considerando o valor atualizado do menor salário mínimo dos anos pesquisados, de acordo com o valor do INPC.

Foram utilizados alguns índices na mensuração de pobreza absoluta, a saber: proporção de pobres (*H*) e o índice de pobreza de Sen (*S*). É importante registrar que o valor das medidas de pobreza absoluta depende da linha de pobreza adotada e, quando se analisa sua modificação no tempo, os resultados dependerão do deflator escolhido.

Para se estudar a desigualdade utilizou-se do coeficiente de Gini, do coeficiente de variação e do índice de Theil.

A metodologia econométrica utilizada se baseia em Fiszbein y Psacharopoulos (1995). O propósito ao construir esse modelo é determinar as variáveis que mostram maior associação com a pobreza rural nordestina e não procurar, necessariamente, achar relações de causalidade que permitam explicar os níveis de bem-estar dos indivíduos. A regressão estimada per-

mitirá determinar aquelas variáveis que, depois de controlados os efeitos das outras, se correlacionam mais com a pobreza na região.

Especifica-se uma função, na qual a probabilidade de cair ou não em condição de pobreza é uma função de características individuais e ambientais ou localizacionais. A variável dependente do modelo *logit* é uma *dummy*, que apresenta valor igual a um no caso do indivíduo ser pobre – ou, em outras palavras, estar abaixo da linha de pobreza – e zero, no caso dele não ser pobre. Com respeito às outras variáveis foram verificadas a educação, a idade, a variável cor da pele, o gênero, a variável atividade principal do trabalho e, com relação a variável localizacional, usaram-se oito variáveis *dummy*, em que o Estado da Bahia foi considerado a variável de comparação e as demais variáveis foram MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL e SE que representam os outros estados componentes da região Nordeste do Brasil.

4. Pobreza e Desigualdade na População Rural Nordestina

Foram estabelecidas três linhas de pobreza, mantendo-se constante o valor real da linha de pobreza nos três anos de estudo e usando-se o INPC como deflator de preços.

Os resultados revelam um altíssimo índice de pobreza na região em todo o período. No ano de 1992, a área rural da região tinha 67% de pobres e 40% de indigentes, sendo o Estado da Bahia o que possuía a menor proporção de pobres e de indigentes da região, e o Estado da Paraíba o que possuía a maior proporção. O Estado da Paraíba é um caso excepcional: 82% dos trabalhadores rurais paraibanos estavam abaixo da linha de pobreza, enquanto 61% estavam abaixo da linha de indigência.

Com respeito à evolução da pobreza, o ano de 1995 é marcado por uma sensível redução da pobreza rural nordestina. Todos os estados têm seus índices de proporção de pobres (*H*) diminuídos e isto é um fato inconteste da diminuição da pobreza rural no período entre 1992 e 1995, tanto no que se refere à linha de pobreza quanto à linha de indigência. A partir do ano de 1995, foi possível sentir os efeitos do Plano Real sobre a quantidade de pobres na região, assim como nas demais. Segundo Barros *et alii* (2001), a principal causa da diminuição da pobreza foi o crescimento econômico que se seguiu à estabilização do Plano Real e não programas de combate à pobreza, como se poderia imaginar. Para Baer (2003), os impactos iniciais

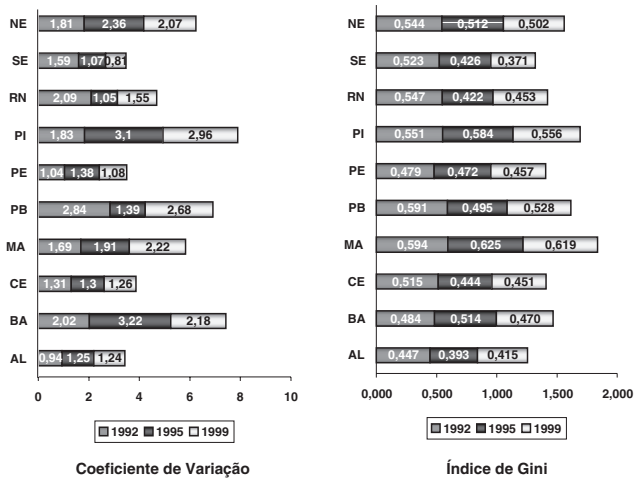
do Plano Real foram extremamente positivos, principalmente para as classes de rendas mais baixas da população brasileira. O aumento das vendas refletiu principalmente o poder de compra dos grupos de renda mais baixa, cuja renda real aumentou, pois as perdas mensais ocorridas num clima de quase hiperinflação haviam desaparecido.

A figura I apresenta o Coeficiente de variação e o índice de Gini entre as pessoas residentes nas áreas rurais, nos anos de 1992, 1995 e 1999. A parte esquerda da figura apresenta o Coeficiente de Variação e a parte direita apresenta o índice de Gini. Por essa figura, são observadas claramente as maiores desigualdades dos Estados do Maranhão e do Piauí e as menores dos Estados de Alagoas e Sergipe.

Apresenta-se, também, a relação que há entre a pobreza e a desigualdade na população rural nordestina. A figura II revela a relação existente entre o índice de Gini e a proporção de pobres, nos anos de 1992, 1995 e 1999, para a população rural dos nove estados da região Nordeste. Há uma relação entre pobreza e desigualdade na população rural dos estados nordestinos. Observa-se facilmente que os estados mais pobres tendem a ter maior desigualdade de renda e vice-versa. Esses resultados encontrados estão de acordo com os obtidos por Corrêa (1998) e Contreras (2003).

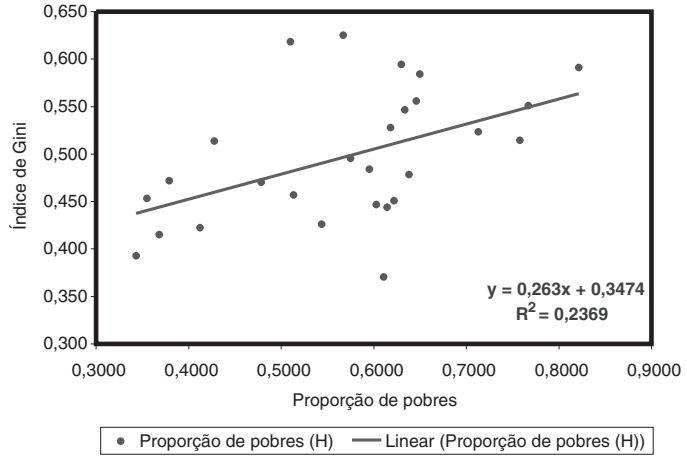
FIGURA I

Coeficiente de Variação e Índice de Gini para os Residentes das Áreas Rurais do Nordeste e seus Estados, nos Anos Pesquisados



Fonte: *Microdados das PNAD, elaboração do autor.*

FIGURA II
Índice de Gini *versus* Proporção de Pobres para os Estados Nordestinos nos Três Anos Pesquisados



Fonte: *Microdados das PNAD, elaboração do autor.*

5. Características da Pobreza Rural

Considera-se o indivíduo típico residente na área rural nordestina:

a. Do sexo masculino;
b. Possui 37 anos de idade;
c. Está ocupado no setor agrícola da economia;
d. Reside no Estado da Bahia;
e. Não é de cor branca, ou não se declarou como tal na pesquisa; e
f. Nunca foi à escola, ou tem zero ano de educação institucional.

A partir da análise das regressões *logit*, pode-se afirmar que é mais provável que o indivíduo residente de áreas rurais nordestinas seja pobre se:

a. Nunca estudou ou tem baixíssima escolaridade;
b. Não é de cor branca;
c. É do sexo feminino;

d. Possui sua principal atividade profissional ligada à agricultura; e

e. Reside nos Estados do Piauí ou da Paraíba.

A tabela I apresenta as probabilidades e as contribuições marginais, ou se preferir, as elasticidades dos coeficientes estimados das variáveis independentes na regressão para uma linha de pobreza de um salário mínimo. Os valores foram calculados com base nos resultados obtidos pelas regressões *logit*.

As probabilidades de esse indivíduo típico ser pobre em cada ano da pesquisa são de 52,3% em 1992, 36,2% em 1995 e 46,9% em 1999. Tais informações podem ser constatadas nas linhas ID e ID2 da referida tabela, que usa os valores médios e moda para os cálculos da probabilidade e da elasticidade.

TABELA I

Probabilidades de Pobreza e Contribuições Marginais das Variáveis quando a Linha de Pobreza é de Um Salário Mínimo, nos Anos Pesquisados

	1992		1995		1999	
	Probabilidade	Elasticidade	Probabilidade	Elasticidade	Probabilidade	Elasticidade
MFUND	0,39076	-0,1281	0,27246	-0,0828	0,36645	-0,0984
FUND	0,22697	-0,2315	0,16637	-0,1452	0,18237	-0,2053
MED	0,10305	-0,2087	0,05781	-0,1213	0,04108	-0,1192
SUP	0,01629	-0,0672	0,00104	-0,0065	0,01014	-0,0447
ID	0,52351	-0,0381	0,36246	-0,0361	0,46912	-0,0399
ID2	0,52351	0,0004	0,36246	0,0004	0,46912	0,0004
COR	0,51137	-0,0121	0,29490	-0,0638	0,42071	-0,0478
GEN	0,52351	-0,4474	0,36246	-0,4904	0,46912	-0,3907
ATIV	0,33350	-0,1748	0,16448	-0,1458	0,25340	-0,1810
MA	0,56898	0,0450	0,54406	0,1839	0,53520	0,0658
PI	0,76383	0,1948	0,64084	0,2632	0,66533	0,1805
CE	0,73349	0,1795	0,56459	0,2027	0,63560	0,1575
RN	0,63116	0,1032	0,38858	0,0265	0,44903	-0,0200
PB	0,80214	0,2072	0,52356	0,1644	0,68262	0,1927
PE	0,59409	0,0692	0,33537	-0,0266	0,56646	0,0960
AL	0,53191	0,0084	0,27321	-0,0821	0,36263	-0,1018
SE	0,63414	0,1058	0,44918	0,0892	0,61340	0,1388

Fonte: *Microdados das PNAD, elaboração própria.*

A partir da referida tabela é possível ver que esse mesmo indivíduo, mantidas as demais características, ao concluir o Ensino Fundamental, reduz a probabilidade de ser pobre para 23%, 17% e 18%, respectivamente, para os anos pesquisados. Essas probabilidades representam menos que a metade dos valores daqueles que não foram à escola. Aliás, a conclusão do Ensino Fundamental tem a maior contribuição marginal dentre as variáveis relacionadas à educação.

Os resultados da tabela anterior mostram que a educação é a principal variável na determinação da probabilidade de um indivíduo ser pobre, seguindo-se gênero, idade e ocupação, e com menor expressão cor e estado de residência. Estes resultados reforçam de maneira clara a importância da educação em uma estratégia de redução da pobreza, com base no ponto de vista estrutural.

As figuras III e IV apresentam, respectivamente, a relação que há entre a renda e a educação dos indivíduos residentes nas áreas rurais nordestina, para o ano de 1999, e a probabilidade dos indivíduos serem pobres *versus* suas idades para o ano de 1999. Observa-se um comportamento absolutamente similar para os demais anos da pesquisa.

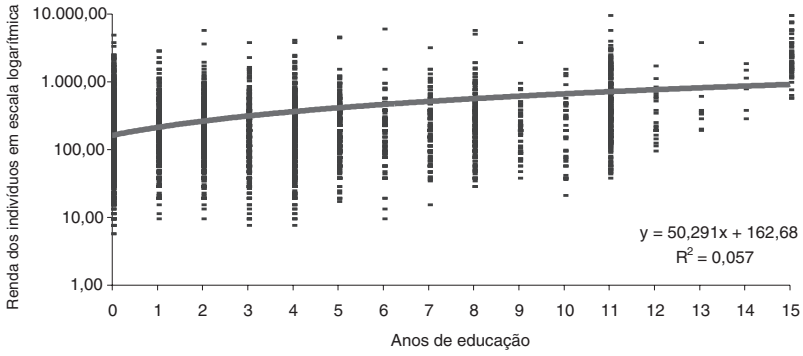
O que se vê a partir da figura IV é que os indivíduos acima dos sessenta anos de idade têm probabilidade significativamente maior de serem pobres em relação aos mais jovens. O estado deve assegurar aos idosos uma renda que lhes dê a possibilidade de viver com alguma dignidade, até porque é conhecida a importância da sua renda dentro da família em comunidades mais pobres. Sabe-se também que em várias regiões do país, inclusive no Nordeste rural, muitas famílias vivem exclusivamente da aposentadoria dos mais velhos e a previdência tem um papel importante na diminuição da pobreza e ainda mais da miséria.

A figura V apresenta as probabilidades de um indivíduo típico ser pobre por estados para os anos pesquisados. Chama-se a atenção para dois aspectos importantes. Primeiro, a tendência de diminuição no período de 1992 para 1995 e o aumento no período de 1995 para 1999 em todos os estados e, em segundo lugar, as menores probabilidades da Bahia, do Rio Grande do Norte e, principalmente, do Estado de Alagoas.

É importante dar ênfase ao fato de que a redução sustentada da pobreza deve se concentrar em suas causas estruturais, como as apresentadas neste trabalho. O combate à pobreza é uma decisão de investimento socialmente

FIGURA III

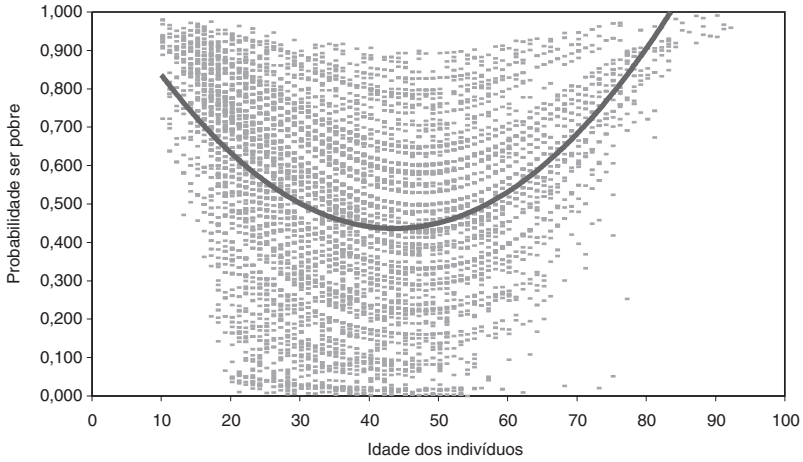
A Relação entre a Renda e a Educação para a População Rural Nordestina em 1995



Fonte: *Microdados das PNAD, elaboração própria.*

FIGURA IV

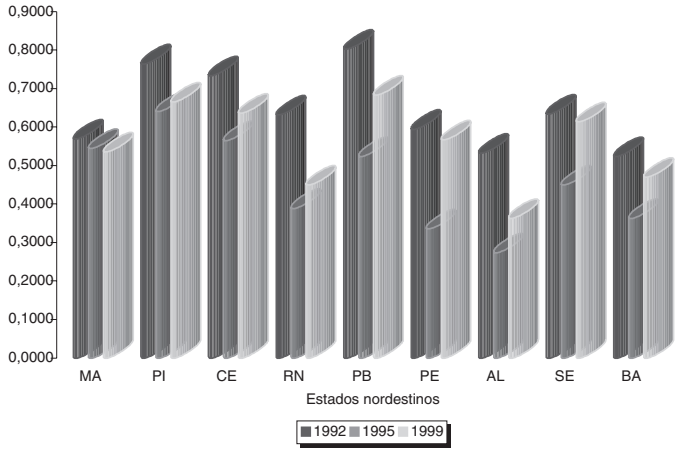
A Relação Probabilidade de ser Pobre *versus* a Idade do Indivíduo em 1999



Fonte: *Microdados das PNAD, elaboração própria.*

FIGURA V

As Probabilidades de Um Indivíduo Típico ser Pobre para os Estados Nordestinos nos Anos Pesquisados



Fonte: *Microdados das PNAD, elaboração própria.*

rentável. As políticas de preços e as políticas compensatórias são importantes, mas somente atacam aspectos conjunturais do problema. O grande objetivo consiste nas políticas estruturais, cujos benefícios são de longo prazo e, portanto, não são politicamente atrativas. Sua implementação é uma das mais importantes e produtivas decisões que a sociedade brasileira terá de tomar no futuro próximo, para alcançar não somente a minimização da pobreza, mas também o crescimento econômico sustentável que eleve os níveis de bem-estar da população.

6. Conclusões e Recomendações

A principal contribuição que este trabalho procurou oferecer consiste em revelar evidências robustas com respeito aos determinantes estruturais da pobreza rural na Região Nordeste do Brasil. Buscou-se apresentar o grau e a severidade da pobreza nessa região. Além do mais, procurou-se avançar na identificação não só dos fatores institucionais, mas também do comportamento, em nível microeconômico, que determinam os níveis observados de pobreza no Nordeste.

A primeira evidência a destacar é a de que, ainda que pequena, houve redução nos níveis de pobreza durante o período estudado, principalmente no interregno de 1992 a 1995. Nesse período, a área rural da Região Nordeste apresentou altíssimos índices de pobreza. Contudo, a região se beneficiou, como o restante do país, dos efeitos do Plano Real no ano de 1995 e reduziu significativamente a proporção de pobres, mantendo quase inalterada essa proporção até o final da década, no ano de 1999. Acerca das desigualdades de renda na região, vê-se que ela se mantém estável e elevada nos anos pesquisados.

Na análise das características individuais e ambientais que trazem maior impacto marginal na probabilidade dos indivíduos serem pobres, destaca-se como explicação da pobreza, na área rural nordestina, o papel principal desempenhado pela variável educação. Seguem-se o sexo do indivíduo, a atividade principal de ocupação, a variável localizacional, a idade e a cor, respectivamente.

A educação apresenta-se como o fator mais relevante para a pobreza, com base nos rendimentos individuais do trabalho. É sabido que há uma forte interação entre renda e nível de escolaridade. A educação é sem dúvida alguma o *focus* principal de políticas estruturais de combate à pobreza rural. A expansão do sistema educacional e, principalmente, a melhoria dele, torna-se um instrumento fundamental na superação do problema da pobreza rural. A teoria econômica mostra que o investimento em educação é capaz de gerar o desenvolvimento econômico de uma região e de um país, pois aumenta a produtividade do trabalho e por conseqüência promove o crescimento econômico, reduzindo a pobreza; além do mais, busca resgatar a tão conhecida dívida social com os grupos menos favorecidos.

O fato de o indivíduo ser do sexo masculino mostra um efeito negativo sobre a probabilidade de ser pobre. Esse resultado mostra as diferenças de renda que há entre homens e mulheres, tendo em vista que a pobreza aqui é definida com base na renda. Destaca-se, em conseqüência, a continuidade de adoção de políticas que levam à eliminação da discriminação de gênero.

Com relação à idade dos indivíduos, viu-se que os indivíduos têm na faixa dos quarenta anos de idade o período mais produtivo de sua vida. Na faixa etária superior aos sessenta anos, a renda média decresce significativamente. Nesse ínterim, a aposentadoria rural tem um destacado papel na garantia de uma sobrevivência dos idosos com alguma dignidade. Destaca-se, igualmente, a importância de políticas de inserção dos jovens no mercado de

trabalho, em associação com o combate ao trabalho infantil e a melhoria da educação.

Devem-se implementar políticas econômico-sociais de valorização do trabalho das "minorias", principalmente mulheres e idosos, que visem ao aumento de suas remunerações e que tragam maior dignidade a essas pessoas.

Outra importante constatação a que se chegou este trabalho foi a de que os indivíduos ocupados na agricultura estão em piores condições que aqueles que estão fora desse setor. Recomendam-se políticas que visem dinamizar o setor agrícola da região, ainda responsável por grande massa de trabalhadores, bem como o incentivo de atividades não-agrícolas nas áreas rurais, como o turismo rural e as cooperativas de artesanato. A baixa produtividade do trabalho agrícola no Nordeste contribui para o aumento dos bolsões de pobreza e miséria, e a forma mais econômica de reverter esse quadro não é promover a migração do homem para as áreas urbanas e sim diversificar as atividades de trabalho no campo.

Com respeito a variável localizacional, viu-se que residir em estados como Piauí, Paraíba ou Ceará eleva a probabilidade do indivíduo ser pobre. O fato se encontra na elevada incidência de pobreza que há nesses estados. Contudo, residir em estados como Alagoas, Bahia ou Rio Grande do Norte reduz consideravelmente essa probabilidade.

Em termos da condição de cor da pele do indivíduo, os resultados causam alguma surpresa. Numa região miscigenada como o Nordeste, onde é difícil definir claramente brancos e não-brancos, encontrou-se uma menor chance de ser pobre para os indivíduos brancos. Entretanto, devem-se observar dois aspectos: primeiro, a variação de probabilidade não é tão grande assim, cerca de 5%; em segundo lugar, como já dizia Gilberto Freyre, a renda tem o poder de branquear a pele, ou seja, os mais ricos tendem a se declarar mais brancos do que realmente são, atenuando a força da miscigenação.

Por fim, a principal recomendação deste trabalho é a de que se deve pensar numa política regional para o Brasil a fim de se combater a pobreza e as desigualdades regionais, cuja principal vítima é a área rural da Região Nordeste. Essas políticas devem, porém, priorizar o investimento em capital humano e não cometer erros passados subsidiando o capital físico.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste*. Recife: Universitária/UFPE, 1998.

ARBACHE, Jorge Saba. *Pobreza e mercados no Brasil.* In CEPAL: escritório no Brasil & Department for International Development. *Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas.* Brasília, 2003.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2003.

BARROS, Alexandre Rands. *Desigualdades regionais no Brasil: causas da reversão da tendência na última década.* Texto para discussão n.º 404, PIMES, 1997.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane; HENRIQUES, Ricardo. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.* Texto para discussão n.º 800, IPEA, 2001.

CARNEIRO, Francisco Galrão. *Perfil da pobreza e aspectos funcionais dos mercados de trabalho no Brasil.* In CEPAL. *Pobreza e mercados no Brasil*. Brasília, 2003.

CONTRERAS, Dante. *Poverty and inequality in a rapid growth economy: Chile 1990-1996.* The Journal of Development Studies, v. 39, nº 3, pp. 181-200, february 2003.

CORRÊA, Ângela Jorge. *Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira.* Piracicaba: Unimep, 1998.

FISZBEIN, Ariel; PSACHAROPOULOS, George. *Income inequality trends in Latin America in the 1980s.* In: LUSTIG, Nora. Washington: The Bookings Institution, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos.* Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro.* Campinas: UNICAMP, 1999.

GREENE, Willian H. *Econometrics analysis.* 4 ed. New York: Macmillan, 1993.

HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza.* São Paulo: USP, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico de 2000.* Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 12 dez. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, anos de 1992, 1995 e 1999, e Síntese de Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD dos referidos anos.*

LEVY, Santiago. *Poverty in México: issues and policies.* Washington, D.C.: World Bank, Latin American and Caribbean Operations Division, 1990.

LUSTIG, Nora. *Poverty in México: An empirical analysis.* Working paper #188, January 1993.

MADDALA, G. S. *Limited-Dependente and Qualitative in Econometrics.* New York: John Wiley & Son, 1983.

MARRI, I. G. *Distribuição de renda e consumo após o Plano Real: Algumas evidências.* Revista Nova Economia. v. especial, p. 279-315, julho 1997.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Região Nordeste do Brasil em números.* Recife: SUDENE, 2003.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.* Textos de economia contemporânea, Rio de Janeiro, 1960.

ROCHA, Sônia Maria Rodrigues. *Pobreza no Nordeste: a evolução nos últimos trinta anos (1970-1999).* Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003.

ROMÃO, Maurício Costa. *Pobreza: conceito e mensuração.* Recife: Universitária/UFPE, 1993.

SAMPAIO, Yony; FERREIRA, José. *Emprego e pobreza rural.* Recife: CME, 1977.

SEN, Amartya. *La desigualdad económica.* México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2001.

_____. *Poverty and famines.* Oxford, Clarendon, 1981.